

BRICS e capital-imperialismo – novas contradições em debate

VIRGÍNIA FONTES

Resumo

A compreensão da emergência de um grupo de países tal como os BRICS solicita reflexão mais ampla sobre as transformações do capitalismo contemporâneo e da consequente explicitação de novas contradições no âmbito econômico, político e, sobretudo, social. Apresentamos um conjunto de características do que designamos capital-imperialismo. Pressupomos que as análises sobre os diversos contextos nacionais precisam incorporar tanto a atuação dos setores sociais internos como sua crescente internacionalização.

Palavras-chave: BRICS; Capital-Imperialismo; Setores Sociais Internos; Internacionalização.



BRICS and capital-imperialism - new contradictions on debate

Abstract

The understanding of the emergence of a group of countries like the BRICS requests a broader reflection on the transformations of contemporary capitalism and the resulting explanation of new contradictions on the economical, political and, specially, social field. We present a set of features which we call capital-imperialism.

We assume that the analyses of the various national contexts need to incorporate both the action of internal social sectors, as its growing internationalization.

Keywords: BRICS; Capital-Imperialism; Internal Social Sectors; Internationalization.

VIRGÍNIA FONTES

Professora do Programa de Pós-Graduação de História da UFF, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venência-Fiocruz e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)/MST.
virginia.fontes@gmail.com

RECEBIDO EM 18 DE MARÇO DE 2014

APROVADO EM 6 DE JUNHO DE 2014

REFLEXÕES SOBRE OS BRICS

Se é que existe alguma coerência entre os países chamados BRICS – países díspares, histórica, cultural, geográfica e economicamente – expressam eles uma tendência internacional em prol de algum projeto mais amplo para a humanidade? Ou os países do BRICS se reúnem para garantir espaço na configuração internacional de tal modo que não pretendem subverter, mas assegurar que o topo da pirâmide agregue, pelo menos, suas classes dominantes e elites endinheiradas? A nosso ver, numa expectativa mais sensata, os BRICS expressam novas contradições sobre as quais precisamos nos debruçar.

Independentemente do papel que venham a desempenhar ou da inconsistência desse grupo, sua própria emergência no cenário internacional como países com crescentes relações capitalistas traduz um processo histórico real diferente do que parecia o percurso “normal”. Este era definido por uma convicção principal, oculta sob um discurso “pedagógico” ou “missionário”, segundo a qual a expansão do capitalismo respondia a uma certa virtude intrínseca a alguns países/povos (atributos de raça, história, costumes, língua, espírito de iniciativa, educação, etc).¹ Desde o ponto de vista de muitos intelectuais dos países de capitalismo tardio ou hipertardio, a suposição era que as nações preponderantes conservariam ciosamente seus “avanços” para si mesmos, subjugando as demais e impedindo ou retardando a própria expansão do capitalismo. Daí derivariam três moldes estratégicos para os países secundários, não sem contatos entre eles: o primeiro baseava-se em estudar os “modelos” de desenvolvimento, copiá-los (ou ajustá-los), tentando refazer trajetória similar. Alguns, mais radicais, chegavam a propor a necessidade de assegurar autonomia nacional para liberar-se do jugo imposto pelos primeiros (estes, sim, considerados como países autônomos), para, em seguida, desenvolver seu próprio capitalismo. O segundo visava adequar-se à natureza do jugo, incorporar a pedago-

1 Como é sabido, este é um dos fundamentos do eurocentrismo, e foi assinalado como uma das bases do racismo e do machismo contemporâneos (QUIJANO, 2005).

gia oferecida para co-participar de eventuais benefícios, por meio da clássica formulação da economia política sobre as “vantagens comparativas”. Mesmo para os intelectuais mais integrados, essa opção deixava renitente dúvida sobre o aporte/alcance de tais “benefícios” e sobre a justeza de tais teses, pela explícita proposta de assegurar o *status quo* internacional. Uma terceira estratégia, revolucionária, envolvia a ruptura completa com a dinâmica capitalista e a construção de nova organização econômica e política, com a promoção de outra sociabilidade. Por diferentes razões, diversos dos seus formuladores por vezes se aproximaram dos setores mais radicais da primeira estratégia.

A tese subjacente a este artigo – a do capital-imperialismo (FONTES, 2012) – procura apreender esse processo histórico por meio das contradições da disseminação do capitalismo, tanto resultando das vontades e projetos dos seus protagonistas quanto expressando embates e lutas entre projetos radicalmente diversos no interior de cada país (e entre os países), sempre levando em consideração que tais embates não ocorrem no vazio, mas no contexto de uma relação social capitalista dominante cuja característica central é ser expansiva, e isso não apenas no âmbito econômico. Mais do que uma análise histórica, neste artigo apresentaremos algumas das características do capital-imperialismo, as quais a nosso juízo permitem melhor dimensionar a “emergência” de tais BRICS, enfatizando algumas das tensões contemporâneas que sua mera existência certamente tende a exacerbar.

Não endossamos a suposição de um “econômico” apartado do resto da existência, quantificável e contabilizável, que expressaria a própria racionalidade humana.² Tampouco há uma “instância” política capaz de definir projetos e levá-los a cabo como tarefa “racional”, aparentada à idealização da atividade empresarial,

2 Max Weber (1983) analisou de diversas maneiras o capitalismo, e a mais lembrada é a que o considera a expressão da racionalidade ocidental, traduzida na separação entre família e empresa, na contabilidade racional e na organização racional do trabalho livre. Muitos esquecem, entretanto, que no mesmo livro tornado clássico Weber demonstra a irracionalidade de uma existência voltada à contenção do gozo e da satisfação, base do *ethos* protestante e fundamento do que ele define como o espírito capitalista.

transferida para a atuação de gestores, políticos ou *think tanks* atuando no plano nacional ou internacional. Projetos, embates e lutas são o fundamento real e a forma mais concreta da historicidade; o papel organizativo das entidades políticas e associativas (e dos seus formuladores e gestores) é fundamental para a condução de tais embates. Não obstante, nem sempre nos deparamos com lutas claras e bem delineadas ou com uma fronteira nítida entre as classes; as lutas de classes muitas vezes ocorrem de maneira discreta, mediante inúmeras tensões surdas. O resultado não é, portanto, um fio linear; a história não é uma teleologia, e nem mesmo os setores capitalistas mais poderosos decidem seus rumos.³ Eles têm, de fato, muitos poderes; dominam, conspiram, manipulam e podem, temporariamente, infletir, acelerar ou retardar tendências. Mas as contradições efetivas brotam sem cessar, e as lutas sociais assumem formatos camaleônicos e cambiantes.

O capitalismo é uma dinâmica socioeconômica totalizante (envolve todos os aspectos da existência humana) e de caráter expansivo. A necessidade que lhe é intrínseca, a valorização do valor, tem sua forma de realização mais efetiva (e segura) por meio da extração de sobretrabalho. Valorizar valor envolve impulsionar a difusão das condições de possibilidade de extração de valor de maneira imperativa e desordenada, com os proprietários de capital precisando investi-lo sobre toda e qualquer atividade humana que possa acenar possibilidades da sua valorização. Esse é o fundamento do que se denomina corriqueiramente de mercantilização da existência: a formação permanente de massas disponíveis de seres sociais *no e para* o mercado, expropriados de quaisquer condições que lhes permitam assegurar sua existência ou defrontar-se contra o capital. Estão pois plenamente no mercado e, nele, precisam – e portanto querem – integrar-se para existir. Atuam como trabalhadores (livres) nas mais diferentes funções, mediante empregos e contratos, ou sob condições variadas de

3 Dois exemplos de atualidade são interessantes para refletir a respeito: a impossibilidade de prever e conter crises capitalistas, como a mais recente, que eclodiu em 2008 nos EUA e segue tendo efeitos devastadores na Europa, e a prática da National Security Agency (NSA) dos EUA, de violar a correspondência e espionar as ações mundiais, desvendada por Edward Snowden.

precarização. Em alguns casos, são constrangidos a integrar-se ao mercado por vias compulsórias (legais ou ilegais). São necessariamente consumidores, apesar de não poderem assegurar os bens essenciais à sua existência a não ser pelo mercado. Ainda que esse ângulo de observação não apreenda todas as determinações do fenômeno, é fulcral, pois nos impede esquecer da concretude dos seres sociais que somos.

Expondo de maneira muito sumária, o capital-imperialismo resulta da propagação e expansão do capitalismo já sob sua forma do imperialismo clássico, porém sob as novas condições gestadas após a Segunda Guerra Mundial. O capital-imperialismo expressa a exacerbação – econômica, social e política – da forma peculiar, desigual e combinada, pela qual se realiza uma ainda precária – e esperemos jamais completada – generalização⁴ capitalista sobre o planeta. Trata, pois, de tentar apreender as modificações do capitalismo, sob seu formato imperialista, abordando suas dimensões propriamente econômicas, mas sem descurar das transformações sociais, políticas, culturais e ideológicas que o integram. O gigantismo do escopo do capitalismo contemporâneo envolve novas e crescentes contradições, em quase todas as dimensões da vida social.

A periodização tradicional dominante tem um perfil nitidamente capitalista-cêntrico, para além de traduzir, aberta ou velada, valores norte-americanos e europeus (eurocentrismo). Supõe um período de bonança no pós-guerra, garantido pelas instituições internacionais, apesar dos percalços atribuídos à Guerra Fria. Por volta da década de 1970 se abriria um período de crise, com diferentes perfis: econômica (fim dos acordos de Bretton Woods e crise do petróleo), social (maio de 1968) e militar (derrota dos EUA no Vietnã). Essa periodização supõe ainda que o neoliberalismo, com uma redução do papel do trabalho e novo predomínio

4 Essa generalização nada teria de homogeneização igualitária: ao contrário, é a mais poderosa forma histórica de criação de desigualdades. Essa “generalização” significaria um espaço internacional inteiramente subordinado à reprodução do valor, marcado por Estados desiguais entre si e atravessados por crescentes desigualdades sociais. Como alerta Mészáros (2002), tal suposição significaria uma ameaça para a própria existência da humanidade.

financeiro,⁵ seria a resposta a tais crises, sucedendo ao Estado de Bem-Estar Social, que teria esgotado seus limites. A falência da União Soviética reforçaria a nova “Pax Americana”, ora tomada como única superpotência, ora tratada como integrante de uma “Triade”, juntamente com Europa e Japão.

A periodização que propomos não desconsidera alguns desses elementos, mas se estrutura a partir de outros marcos. Na nossa ótica, o período 1945-60 nos parece corresponder, mais do que à bonança, à expansão e modificação do imperialismo sob condições ao mesmo tempo construídas voluntariamente e resultado de situações não planejadas. No período ocorreram significativas alterações, a começar por formidável salto na escala de concentração da propriedade do capital, nas dimensões da produção e formação de trabalhadores (expropriações primárias, secundárias e na socialização do processo de trabalho), e no próprio formato organizativo predominante na política. O capital-imperialismo é, pois, uma expansão do capitalismo, já completamente entranhado de imperialismo, em um ponto no qual sua expansão atingiu proporções inéditas, devendo, portanto, arrostar contradições de diferentes níveis.

Após a devastação bélica inter-imperialista gerada pela Segunda Guerra Mundial, característica que até ali marcara as políticas de potência dos Estados centrais, erigiram-se dois obstáculos de novo tipo à continuidade do molde anterior: a persistência e mesmo expansão da antiga URSS e o emprego em 1945 da bomba nuclear, durante pouco tempo apanágio único dos EUA, pois em 1949 a URSS detonava seu primeiro artefato atômico. Abria-se o período da Guerra Fria.

5 A categoria *financeirização* muitas vezes é apresentada de maneira imprecisa. Ora aproxima-se da formulação de Lênin, que assinalava a união íntima entre capital industrial e capital bancário, ora se afasta dessa formulação, limitando-se à atividade bancária, incorporando ou não bolsas de valores e setor financeiro não bancário. Aqui partimos da primeira linhagem, alertando, porém, para um salto na escala da fusão entre os diversos setores do capital, como veremos adiante.

Mesmo se as intenções das lideranças capitalistas estivessem ainda impregnadas do comportamento imperialista até então preponderante, tal como fora apresentado de maneira sucinta e brilhante por Lênin, mediante formas abertas ou nuançadas de controle territorial da periferia e do apassivamento das lutas populares nos países centrais, aquele formato não seria duradouro. Durante pelo menos trinta anos, entre 1945 e 1975, ocorreu intenso processo de transformação do imperialismo tradicional em capital-imperialismo,⁶ o que modificou algumas das características inicialmente analisadas por Lênin sem, entretanto, suprimi-las. A primeira modificação não poderia ter sido antecipada por Lênin, posto ter redigido o panfleto sobre imperialismo antes da existência da URSS. A constituição de dois blocos contrapostos significava, para o grande país capitalista vencedor, os EUA, a exigência de um *deslocamento* do terreno de atuação e do alvo do enfrentamento. Tratava-se doravante de constituir arcos de aliança de novo tipo *entre* os países capitalistas, inclusive pelo apoio – inédito e jamais reproduzido – de um país vencedor aos derrotados (ao invés da tradicional e historicamente legitimada – ainda que trágica – imposição de tributos de guerra), unificados por uma *estratégia de prevenção anticomunista* comum, mesmo se ela comportava nuances (nenhum país europeu viveu naquele período as perseguições aos comunistas que foram impostas nos EUA pelo macartismo, apesar do seu caráter modelar e do seu alcance ideológico, sobretudo através do cinema). Esse entrelaçamento desigual de capitais é o primeiro traço a destacar do capital-imperialismo.

Sam Gindim e Leo Panitch (2012) analisam esse processo explicando a centralidade adquirida pelos EUA como fruto de um *projeto de potência* precoce e explicitamente definido como um “império

6 Esse período, 1945-75 é frequentemente idealizado como expressando uma “normalização” do capitalismo, sob a condução generosa do Estado de Bem-Estar Social. De fato, essa foi a tônica para as populações de uma pequena Europa, dos EUA, do Japão e mais um pequeno punhado de países. Para boa parte dos demais países, esse foi um período de lutas sangrentas de descolonização, de seguidas intervenções militares estrangeiras (como na América Latina) e de ditaduras sanguinárias, com apoio dos EUA e cumplicidade de governos europeus.

informal". Há muitas afinidades com o aqui exposto, porém aqueles autores atribuem, a meu juízo, excessivo peso à formulação institucional estadunidense – realizadas por agentes do Estado, por intelectuais e por grandes empresários –, dando menor ênfase às lutas sociais dentro e fora dos EUA, e a seus resultados não obrigatoriamente previstos, ou mesmo desejados. Ademais, consideram um equívoco as formulações de Lênin quanto ao aspecto *necessariamente bélico* do enfrentamento interimperialista. A meu juízo, a concentração de poderio econômico e de capacidade militar pelos EUA não permite descartar a possibilidade de novas guerras interimperialistas. Ao contrário, estimula tensões, mesmo se as guerras vêm ocorrendo sob novas modalidades, cuidadosamente localizadas. Não obstante, a rica análise dos autores permite verificar que as formulações intelectuais sobre o império informal prepararam e justificam a peculiar interconexão interimperialista, sob predomínio dos EUA, que resulta no capital-imperialismo.

A meu ver, ainda que houvesse formulações díspares (e conflituosas) entre empresários, intelectuais e setores governamentais sobre as estratégias a adotar, o capital-imperialismo não resulta de um consenso ou de uma "decisão", porém de situação peculiar, derivada das características específicas do final da guerra, já mencionadas. Dessa circunstância resultou que as pressões expansivas do capital, naquele contexto peculiar de limitação do território mundial pela existência da URSS (e, em seguida, da China e de Cuba) e de pressão contrarrevolucionária constante, aceleraram a impulsão das chamadas empresas multinacionais, *consorciando ainda mais profundamente* – sob predomínio estadunidense, contudo não de maneira exclusiva – os principais países capitalistas. Associações, cartéis e processos de internacionalização de empresas não surgiram ali, mas sim seu alcance e seu desenho contemporâneos, com empresas monopólicas iniciando a transferência de algumas das suas plantas industriais para outros países. Alianças e associações interempresariais cuja raiz

histórica é diversificada⁷ se aprofundavam, com acordos governamentais balizados pelas instituições internacionais visando garantir juridicamente a propriedade do capital. Não foi um processo sem tensões, inclusive porque extensas áreas do planeta, mesmo sob predomínio ocidental, resistiram às suas imposições. Vale lembrar que a grande maioria da população mundial ainda residia nos campos, reproduzindo – e defendendo – formas de existência pré-capitalista.

Importa ressaltar que a expansão das relações sociais capitalistas não apenas recebe impulsos provenientes dos países preponderantes, mas atravessa por dentro todas as formações sociais. As classes dominantes dos países secundários (ou periféricos), fruto de amálgamas históricos os mais variados, geram múltiplos e tensos impulsos em direção à transformação das relações sociais vigentes. Parcelas das classes subalternas dos países secundários acataram impulsos ao “desenvolvimento”, considerado de maneira genérica como “progresso”. Reivindicações sociais muitas vezes se mesclaram – mesmo se confusamente – com o suporte à expansão das relações sociais e econômicas capitalistas. A própria formação das classes sociais em âmbitos nacionais é marcada pela dinâmica dominante no cenário internacional. Ocorre uma simultânea aceleração, pela criação de espaços de produção e consumo de tipo capitalista fomentado por poderosas mídias, e um retardo, em face das condições históricas. A isso se acrescentam complexas articulações entre as diferentes frações das classes dominantes e das classes dominadas, o que ainda é complexificado por permanentes tensões externas (impulsos e bloqueios). A incorporação desses países à rede fabril e comercial multinacional não apenas derivou de uma imposição externa, como dependeu também de *posturas ativas de burguesias*

7 Dreifuss (1986) estudou a constituição precoce de *think tanks* empresariais com origem no Reino Unido e nos EUA, disseminadas a ponto de abranger todos os continentes, absorvendo empresários e intelectuais de inúmeros países. Ver também a ampla e abrangente reflexão de Gramsci (2001) sobre a forma de organização dos estados capitalistas a partir das décadas de 1920 e 1930, quando o Estado se amplia por meio da sua estreita imbricação com os aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil).

locais e da sua capacidade de acumulação, de organização e de controle do Estado.⁸ Realizaram uma adesão ativa ao capital-imperialismo, além da sua defesa institucional (mediante ajustes legais), social e política, como veremos mais adiante. Esse é o segundo traço que destacamos, o do *duplo movimento – interno e externo – de incorporação de países secundários ao capital-imperialismo*, em processo que envolve não somente imposição externa, mas consolidação de burguesias locais e de Estados. Esse traço exige analisar as formas desiguais e combinadas constitutivas da expansão capitalista, certamente diverso segundo os variados países. Pode-se entretanto afirmar que, dentre os países do BRICS, ocorreu uma profunda e significativa expansão das relações sociais capitalistas, tanto pela existência de processos de industrialização, como pela transformação do conjunto da vida de extensas parcelas da população.

O formato da multinacionalização (de empresas e de capitais) teria enorme impulso com a industrialização da China e, posteriormente, com a crise final da URSS. Decisivamente, os limites territoriais impostos pela Guerra Fria à expansão capitalista se rompiam. Já a partir dos anos 1960 e 1970, o grau de concentração de capitais atingiria novos e espantosos patamares, gerando camadas numericamente pequenas de imensos proprietários no conjunto dos países subalternos integrados a essa dinâmica, os quais, por seu turno, mesmo se secundários, precisariam assegurar espaços ampliados de reprodução dos seus capitais. Chegamos à terceira e fundamental característica capital-imperialista: se o modelo originário da concentração de capitais era o da fusão entre indústrias (consideradas então como unidades fabris) e grandes bancos, a nova escala geraria formatos mais complexos, com uma verdadeira *fusão pornográfica* da grande propriedade. Tamanhas dimensões da concentração da propriedade estouraram os limites da segmentação até então vigente (setores primário, secundário ou terciário, em chave de leitura mais descritiva; ou em bases

8 Marini destacou precocemente a relativa autonomia do Estado para que países subalternos, como o Brasil sob a ditadura militar, implantassem uma política subimperialista (MARINI, 1977, p. 20-21).

marxistas, capital industrial – aquele dedicado à extração de mais-valor, e não meramente “fabril” – capital bancário e capital comercial). Ainda que cada megaproprietário possa ter como origem ou polo principal uma dessas atividades, suas dimensões tendem a torná-los detentores não somente de meios de produção, mas sobretudo da capacidade de fazer agir tais meios em qualquer espaço, para qualquer atividade capaz de valorizar o valor (inclusive ficticiamente) e sob quaisquer condições. Chamamos de *propriedade dos recursos sociais de produção* essa forma social que transcende a propriedade dos meios de produção, incluindo-a. Em outras palavras, a propriedade efetiva se concentra sob forma monetária, torna-se mais *abstrata*, porém sua condição de existência segue sendo a de impulsionar – a cada dia de forma mais exasperada e impositiva – a extração de valor.

Uma tal concentração de capitais necessita e impulsiona a produção de trabalhadores, os únicos a criarem o valor que reproduz e nutre o capital. Esta quarta característica do capital-imperialismo é tão fundamental quanto a anterior. Longe de uma redução do trabalho no mundo,⁹ *aumenta constantemente o número de trabalhadores*, assim como se recriam novas modalidades para torná-los mais dependentes do mercado e, portanto, supostamente mais dóceis. Marx (1996, p. 339-383) já havia ironizado os economistas, que designavam idilicamente como “acumulação primitiva” o que na realidade era a dramática produção das bases sociais que sustentam permanentemente o capitalismo: a expropriação da população do campo, gerando enormes massas de seres sociais despossuídos e precisando vender o que lhes restava, sua capacidade de trabalho. Denunciava, portanto, a condição dessa *liberdade cujo cerne fundamental era a necessi-*

9 Diversos autores supuseram que a capacidade tecnológica poderia eliminar (ou reduzir a níveis ínfimos) o número de trabalhadores necessários para a reprodução do capital, com argumentos em diferentes graus de complexidade. A coerência dessa reflexão remetia entretanto a circunstâncias específicas de países centrais, desconsiderando que a reprodução geral do capital jamais se limitou à relação entre o capital de alguma nacionalidade e “seus” trabalhadores nacionais. Se isso já era verdade nos primórdios do capitalismo, com a escravização de trabalhadores, especialmente africanos, tanto mais verdadeira se torna após a expansão do imperialismo moderno, em finais do século XIX.

dade que conduzia à sujeição ao capital. Nos últimos cinquenta anos, acelerou-se a expropriação de milhões de camponeses em todo o mundo, produzindo novos “pobres” (como foram tratados pelas agências internacionais), em boa medida resultado da ação da “Revolução Verde”,¹⁰ mas gerando – intencionalmente ou não – formidáveis massas de trabalhadores precisando vender sua força de trabalho em mercados “livres” na América Latina, na Ásia, na África e na Europa. No século XXI, pela primeira vez na história da humanidade, a população urbana superou a população rural, e o processo expropriatório segue em curso. Essas condições permitiram a emergência de *novos formatos expropriatórios*, incidindo doravante sobre trabalhadores já expropriados de longa data dos meios de produção, cujos direitos associados ao contrato de trabalho são agora reduzidos (com flexibilizações e precarizações laborais); também incidiram sobre conquistas e bens coletivos, com privatizações de empresas públicas e eliminação de direitos à saúde, transporte, educação, comunicação, etc.; ou, ainda, abatendo-se de forma implacável sobre a totalidade da humanidade, como as expropriações de águas doces ou salgadas, da capacidade de reprodução de sementes historicamente base da alimentação mundial (arroz, trigo, milho, soja).¹¹ Esse conjunto, que chamo de *expropriações secundárias*, tristemente reafirma a

10 Tecnologia variada e insumos químicos introduzidos em diversos países a partir dos anos 1960, visando industrializar de forma acelerada a produção agrária. O aumento da produção se acompanhou de concentração da propriedade das terras, de extrema desigualdade social, de poluição de águas e solos e da disseminação de produtos híbridos ou transgênicos, com riscos para a saúde humana.

11 A mercantilização de sementes não é fenômeno novo e não significou até recentemente uma expropriação em larga escala. A imposição internacional de sementes transgênicas, especialmente as do tipo *Terminator* (que não geram sementes, ou apenas de curtíssima duração) pode colonizar as plantações realizadas com sementes nativas (até contra a vontade dos agricultores). Abre-se a possibilidade terrível de que, caso se disseminem em grande escala, eliminem a histórica possibilidade de que os seres humanos plantem livremente seus principais alimentos. Expropria-se da humanidade inteira a capacidade de reprodução das sementes. Parece estar em curso uma sequência de expropriações biológicas, cujas consequências ainda desconhecemos.

reflexão marxiana, segundo a qual a base social do capitalismo exige sempre crescentes expropriações.

Estamos observando um processo de fundo, experimentado de maneira intensamente desigual nas diferentes regiões do planeta, assim como nos diversos países. Essa mudança de escala capitalista que se iniciou no pós-guerra e se consolidaria com o final da Guerra Fria também atingiria a política. Desde 1944 foi posto em prática formidável volume de formulação estratégica, em todos os âmbitos – militar, empresarial, intelectual, etc. – expressando uma elaboração realizada sob intenso processo de lutas difusas e gerando uma base internacional de instituições voltadas para garantir, em todos os âmbitos, a valorização do valor e para impedir quaisquer processos sociais que possam questionar a expansão do capital-imperialismo. A partir de finais da década de 1960, com a nova complexidade internacional, o que era até então um formato embrionário tenderá a se converter numa espécie de padrão político, com alta plasticidade para adequar-se a conjunturas nacionais variadas, porém extremamente rígido no tocante à defesa intransigente da grande propriedade.

A quinta característica do capital-imperialismo incide sobre a transformação do escopo democrático e dos Estados. O papel preponderante das relações internacionais tinha perfil sobretudo interestatal, baseadas em formas de representação amplas (como a ONU e a Unesco), acrescidas de entidades associativas de perfil empresarial que, sob supremacia estadunidense, articulavam as grandes potências no predomínio sobre as economias dos demais países. Elas visavam garantir o consentimento e adesão das populações nacionais *dos países dominantes* em processo acelerado de expansão dos seus capitais para o exterior e dependiam em boa medida – dado o contexto da Guerra Fria – de dois elementos fundamentais: do chamado Estado de Bem-Estar Social e da democracia (tendencialmente reduzida à divisão de poderes e representação eleitoral), presentes no centro e acenados como modelos para os demais países.

A *democracia*, sob predomínio estadunidense, foi a expressão de conquistas parciais curvadas sob o peso da contradição com o altíssimo grau de concentração da propriedade e de poder. Ora,

o consorciamento capital-imperialista em curso resultava e aprofundava processos de socialização do processo de produção muito além daquelas fronteiras. Se a divisão internacional do trabalho promovia especializações perversas (como países de produção agroexportadora contrapostos a países controlando ciumentemente alta tecnologia ou, mais recentemente, com graus díspares de produtividade e de regimes de trabalho), visíveis de maneira imediata, cresciam também brechas de socialização mais intensa e aguda, com a disseminação de empresas multinacionais agregando trabalhadores em países diversos na mesma linha de produção. Malgrado todo o aparato anticomunista posto em marcha o consorciamento capital-capitalista sob dominação dos EUA e sua propaganda expandiriam exigências democráticas e mesmo socializantes no plano internacional.

A escala internacionalizada do processo de produção aprofundava contradições e trazia possibilidades inusitadas, como uma internacionalização de lutas sociais. Se tais lutas deviam algo à construção de organizações internacionais de trabalhadores, resultaram muitíssimo mais da emergência de graves e novas questões, que transcendiam o traçado das fronteiras nacionais, como a questão do racismo, a questão feminina e, sobretudo, a questão ambiental (ou, em termos mais precisos, a agudização da crise do sociometabolismo). Nesta última, a luta contra o aparato nuclear teve relevante papel, assim como o enfrentamento da contaminação a cada dia mais grave do ar, águas e solos, que não se esgotam no território político dos contaminadores. No final dos anos 1960, o rastilho de lutas sociais em esfera internacional aberto com a experiência de maio de 1968 francês demonstrou cabalmente – pelas revoltas em diversos países sobre temas similares – a tendência a uma ampliação das fronteiras das lutas sociais.

A partir de então tornava-se ainda mais fundamental do que antes (quando isso aparecia como “natural”) limitar o âmbito da política aos espaços nacionais, ao mesmo tempo admitindo-se (e em alguns casos estimulando) canais compensatórios de expressão internacional, tendencialmente enquadrados mediante financiamentos públicos e privados, nacionais e internacionais (“filantrópicos”). Uma “pobretologia” procura abafar qualquer reflexão

(inclusive estatística) em termos de classes sociais e apagar a evidência das formas da produção reiterada e intensificada das desigualdades sociais.

Nos Estados estão ancoradas as formas centrais de contenção social, ideológica, política e repressiva sobre as massas populares; aprofundava-se sua importância como lócus no qual os conflitos poderiam ser admissíveis desde que excluída qualquer possibilidade de revolução ou de expressão popular anticapitalista. Estas deveriam ser deslegitimadas e, caso fossem conduzidas pela via eleitoral, seriam diretamente golpeadas (como o caso exemplar do Chile, em 1973) ou solapadas. As tensões foram enormes para lograr tal contenção, ainda que ela seja – e permanece – provisória.¹²

Tratava-se de implementar formas políticas capazes de assegurar a expansão da valorização do valor em novas condições altamente internacionalizadas, com permanente ingresso de novos expropriados (força de trabalho). Para tanto, produziram-se formas disciplinares aptas a incorporar e a “especializar” as tensões internacionais díspares (desemprego no centro e superexploração em periferias, por exemplo) mantendo-se os controles estatais sobre as massas populares.¹³ A democracia se reduzia agora quase totalmente ao momento jurídico-eleitoral, despida de qualquer relação com algum “bem-estar”. Aumenta o encapsulamento estatal das lutas sociais atingindo a capacidade autônoma de organização dos trabalhadores, chegando mesmo a borrar a

12 Assim como são incapazes de prevenir crises econômicas, também não podem impedir que processos de cunho socializante se implantem em diversos países. Os casos mais evidentes seguem os de Cuba, Venezuela e Bolívia, que resistem a permanente assédio. Em manifestações populares ulteriores, como no Oriente Médio, a interferência internacional foi explícita, mesclando planos econômicos, formação de políticos *ex-ante* para ocupar o cargo de mandatários mediante processos eleitorais com fartos recursos econômicos, guerra preventiva midiática, intervenção militar direta e indireta. As lutas populares que ali emergiam foram crescentemente desviadas dos seus intuítos, desfiguradas e bloqueadas.

13 A esse respeito, vale ver a importância atribuída à *produção* de Estados, como necessidade estratégica contemporânea, defendida por Fukuyama, F. *A construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

própria percepção da configuração de uma classe trabalhadora sempre mais extensa, desigual, porém intimamente associada, em escala internacional. As expropriações secundárias, em especial as que eliminavam direitos contratuais dos trabalhadores (terceirizações e precarizações), agiram na base material da reprodução da vida cotidiana, diluindo a compreensão do processo sob a naturalização da urgência, vista como emergência de novos “pobres”.

Com a expressão Organizações não Governamentais (ONGs), o pensamento liberal designa organizações sociais. Ora, este é um terreno clássico das lutas de classes sob o capitalismo e, portanto, também de organização da dominação de classes em ambientes nacionais e internacionais. Antônio Gramsci, de forma complexa e rica, analisou os *aparelhos privados de hegemonia*, ou sociedade civil, como integrando o Estado e parte constitutiva da formulação de políticas, o que o termo ONG oculta e apaga (GRAMSCI, 2001; FONTES, 2009). As modificações atuais no âmbito da política remetem não só a manipulações dos setores dominantes, mas a uma certa modificação no enfrentamento de intensas lutas sociais.

Tanto no plano mundial quanto no caso brasileiro, o enfrentamento da multiplicação de reivindicações populares buscou evitar sua unificação política (em níveis nacionais e internacionais), mediante estímulo a uma especialização pretensamente “apolítica”, que o termo ONG ajudou a consolidar. Sua eficácia consiste em atuar *convertendo* processos populares de organização reivindicativa em *entidades especializadas em políticas sociais focalizadas*, factíveis por meio da “doação” de recursos controlados por entidades constituídas pelo empresariado (nacional, internacionalizado ou, na maioria das vezes, associando burguesias diversas) ou diretamente via recursos públicos (PEREIRA, 2011). A atividade política de base popular se dispersava, fragmentada nos diversos territórios, controlada economicamente por setores empresariais (ou filantrópicos) e atarefadíssima no combate aos inúmeros problemas, porém atuando local e paliativamente. Então, o resultado predominante é uma parcela da política estatal com fortes características *infranacionais* destinada aos setores populares, exercida seja por entidades empresariais, seja por associações que dependem de fundos empresariais. Uma quantidade variável de

entidades se tornavam instâncias auxiliares do Estado na execução de práticas voltadas para minorar impactos das crescentes desigualdades. Preparadoras de uma nova modalidade política de gestão dos recursos sociais e públicos, elas mantêm, entretanto, seu público alvo distante da elaboração da política nacional. Essa é a marca de origem de inúmeras das parcerias público-privadas.

Sua contraparte internacional é também significativa: a segmentação infranacional espelha especialização similar no plano internacional, também ela supostamente “apolítica”. Como vemos, as modificações na forma de atuação dos Estados capitalistas merecem um aprofundamento que o espaço deste artigo não permite. Vale mencionar outra dimensão crescente de internacionalização dos Estados, que não elimina sua importância ou a das burguesias locais. As instituições oficiais internacionais nascidas de Bretton Woods sofreram ajustes, à medida que burguesias de países periféricos não apenas aderiam aos receituários e valores capital-imperialistas, mas formavam seus intelectuais nas novas escolas internacionais de gestão (cujo modelo foi a disseminação de Master Business of Administration-MBAs), integrando-os em extensas redes intelectuais de formulação econômica e política (*think tanks* e ONGs) e, não menos importante, disseminavam o mesmo formato no interior dos seus países (DREIFUSS, 1986). Isso sem falar da co-participação empresarial dos países capital-imperialistas secundários nos empreendimentos econômicos em âmbito nacional e internacional e, sobretudo, do estabelecimento de escritórios locais dependentes de agências internacionais (como o Banco Mundial, ou o FMI) diretamente acoplados a instituições públicas.

Configuram-se burguesias subalternas porém fortes internamente, com interesses capitalistas próprios de valorização do valor, desigualmente entrelaçados com os impulsos capital-imperialistas aos quais aderem. Capacitam-se a experimentar em seus países, em larga escala, os novos formatos econômicos, agora sob roupagens “democráticas”. Em contrapartida aportam a essas entidades internacionais – e às lutas de classes em outros países – uma experiência lastreada em bases truculentas recorrentemente reatualizadas em sua dominação histórica. Isto, aliás, nada deve

a alguma tara genética, mas se inicia com o próprio processo de colonização, sob o qual se constituíram muitos dos BRICS e do qual são os herdeiros diretos. Não se pode esquecer que também no uso de formas violentas houve intervenção decisiva dos grupos dominantes dos países centrais, como lembram Agamben (2004) e Arantes (2007).

A sexta e última característica aqui assinalada do capital-imperialismo é a disseminação de exigências de expansão econômica e de controle político para os países secundários ou subalternos, em especial para os países que configuram os BRICS. Com profundas desigualdades internas, entre eles e diante dos países preponderantes, estão imersos nas imposições cegas da valorização do valor, em âmbito interno (no espaço territorial nacional) e crescentemente em âmbito externo. Neste, atuam não apenas apoiando grandes empresas multinacionais com origem em seus países, mas também sustentando diferentes graus de associação com empresas dos países centrais e com os respectivos Estados, experimentando pois as contradições próprias da competição intercapitalista em contextos complexos.

Ademais, para que tal valorização ocorra, precisam – assim como os países primários ou centrais – assegurar relativa acalmia e adestramento para o trabalho das suas classes trabalhadoras nacionais, condição essencial para as burguesias secundárias e seus Estados. Ante a crescente anarquia da alocação de capitais concentrados em proporção pornográfica, e à expropriação maciça, primária e secundária que impõem de maneira intensa entidades empresariais, procurando surfar sobre a luta de classes, incorporam novas modalidades paliativas de atuação a esse formato político. Afiguram-se como respostas escassas e insuficientes às múltiplas mas difusas reivindicações populares e dos trabalhadores, num contexto no qual “desenvolvimento” e “progresso” para os subalternos (ainda que com escassos direitos e baixíssimos ingressos) têm sua contraface na redução brutal de empregos e de direitos dos trabalhadores centrais.

BRICS COMO EXPRESSÃO DAS NOVAS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL-IMPERIALISMO

Observados a partir das características do capital-imperialismo, os países abrigados na sigla BRICS (além de alguns outros) expressam a emergência de contradições potentes e para as quais as saídas tradicionais não têm resposta nem sequer projeto com vistas a superá-las. A industrialização periférica – ou interconexão desigual e combinada – capital-imperialista respondeu a exigências que procuravam bloquear e isolar uma parcela do planeta (sob experiências socialistas), nutrindo-se de estratégias contrarrevolucionárias preventivas. Então, as reivindicações democratizantes populares de países secundários receberam acenos positivos, derivados do formato social-democrático vigente nos países centrais, apontados como modelo e como ponto de chegada. A chegada de países secundários à condição capital-imperialista subalterna ocorreu, porém, no ocaso da expansão dos direitos sociais, reduzindo-se a democracia a procedimento eleitoral fortemente marcado pelo peso econômico das grandes empresas.

Pequenas – e limitadíssimas – brechas se deram no sentido de incorporar líderes originados nos setores populares, em processo que representou algo mais que uma cooptação, ao promover a conversão de muitos dirigentes populares. Longe de qualquer transformação substantiva, emergiu uma esquerda voltada para adaptar setores populares para o capital: com experiência na direção de organizações e entidades populares, com capacidade de traduzir essa experiência em processos eleitorais, assumem postos de gestão em empresas capitalistas, em fundos de pensão (de origem sindical), em entidades privadas que passaram a gerir as fatias privatizadas do que outrora fora reivindicação de políticas de cunho universal. Se as tradições políticas mais truculentas nos países secundários não desapareceram, muitas entidades empresariais procuraram mesclá-las a novas formas de convencimento. Esse fenômeno, analisado com profundidade para o caso brasileiro (cf. NEVES, 2005; MARTINS, 2009; COELHO, 2012), encontra paralelo na extensão de entidades associativas de origem nacional ou internacional nos diferentes países integrantes dos BRICS.

Neste prisma, o ingresso de novos países associados-concorrentes e o volume de expropriações incidindo (desigualmente) sobre todos os tipos de trabalhadores envolve graves dificuldades. Aprofunda perdas para trabalhadores dos países centrais, gerando expressões políticas e ideológicas que algumas vezes se traduzem em termos próximos aos do extremo nacionalismo ou do fascismo. Grandes mobilizações populares, tanto nos países centrais como em periféricos, são desconsideradas e não recebem soluções políticas efetivas, conduzindo a uma exasperação e à evidência da redução do âmbito democrático a um jogo eleitoral entre competidores cada vez mais similares. Abre-se um período social e político extremamente complexo e altamente imprevisível no plano internacional. A adesão de extensas massas a reivindicações de igualdade (que supostamente deveriam ser asseguradas pela democracia) se vê bloqueada, provocando desconfiança em relação às organizações, entidades e instituições políticas. Assim, as pressões dos trabalhadores nos países capital-imperialistas, primários (centrais) ou secundários (periféricos), encontram cada vez menos vias de realização, ao tempo em que a divisão internacional do trabalho os associa de maneira mais intensa.

As burguesias locais dos países secundários e com Estados consolidados tiveram a possibilidade de expandir-se, ainda que subalternamente e, a rigor, em razão da sua subalternidade. As seguidas crises nos países primários trazem novos impasses: de um lado, o país preponderante, Estados Unidos, dissemina a política capital-imperialista (democracia como gestão social privada dos direitos sociais, captura dos movimentos sociais populares e sua conversão em gestores especializados, encapsulamento nacional das lutas de classes, etc.), do outro, os investimentos diretos estrangeiros (IDE) mesclam-se às modalidades locais de extração de valor e às punções realizadas através das dívidas públicas. Em conjunturas críticas, entretanto, diante da fragilidade das entidades dos trabalhadores, burguesias dominantes e seus Estados tendem a retornar a posições mais duras e menos “interconectadas”, expressando mais diretamente seu predomínio militar e econômico. Com isso, ameaçam breçar a expansão do próprio capital-imperialismo no seu formato “pacífico”, isto é, centrado em guerras localizadas

e no ataque direto e indireto a qualquer tentativa anticapitalista. Reduzem os espaços de manobra dos países capital-imperialistas secundários e subalternos, cuja área de expansão e atuação tende a replicar para países mais frágeis as modalidades de “conversão” (convencimento acompanhado de financiamento econômico para a valorização dos seus capitais “locais”) e violência, inclusive pelo truncamento das opções via agências e instituições internacionais, reabrindo tensões no cenário internacional.

Do ponto de vista dos trabalhadores, há uma crise e uma expansão. A crise, já exposta, remete a escassos direitos e aumento da sua precarização. Como observado, a diminuição generalizada do crescimento econômico até agora não evidenciou nenhuma redução dos processos de concentração e centralização de capitais, nem quedas acentuadas de lucratividade para os grandes monopólios; ao contrário, vem aprofundando as desigualdades. Há, pois, uma expansão capitalista ao lado de uma crise social, com uma valorização do valor indiscriminada, aproveitando-se de todas as modalidades de exploração, desde os trabalhadores com contratos e direitos, passando pelos com direitos escassos, precarizados (e até mesmo sob trabalho compulsório). A invisibilidade do processo realizado em escalas nacionais e internacionais não o elimina: a cada dia os processos de produção exigem mais a conexão entre esses trabalhadores, a despeito das enormes desigualdades que os separam.

Os BRICS representam a ponta mais significativa dos países secundários alçados – por exigências e possibilidades internas e por pressões externas – a uma industrialização e generalização de relações sociais de tipo capitalista que hoje exigem expansão externa. Embora as diferenças internas entre eles sejam gritantes, todos mantêm uma dupla posição: de um lado, a incorporação e adesão aos valores capital-imperialistas; de outro, certa desconfiança na manutenção das regras internacionais vigentes, em situação de crise. Subjaz o temor de que as potências centrais, a começar pelos EUA, recuem das posições capital-imperialistas “integradoras”, sobretudo no plano militar. Tensões entre grandes países industrializados pareçam coisa do passado, mas podem reaparecer, como o demonstrou o episódio recente da Ucrânia.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARANTES, P. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã, 2012.
- DREIFUSS, R. A. **A Internacional capitalista**: Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1919-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986
- FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo. **Teoria e História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; EPSJV-Fiocruz, 2012.
- _____. Verbete: Sociedade Civil. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J.C.F. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2009
- GINDIM, S.; PANITCH, L. **The Making of Global Capitalism**: The Political Economy of American Empire. Londres; Nova Iorque: Verso, 2012.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México: Ediciones Era, n. 12, p. 21-39, 1977.
- MARTINS, A. S. **A direita para o social**. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.
- NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.
- PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.